



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 7385, DE 2010.

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Impede a usucapião de coisa por aquele
que a obtém como produto de crime.

EMENDA Nº _____

Dê-se ao art.1244-A e ao parágrafo único do art. 1261, do Projeto de Lei nº 7325, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1244 A. Não decorrerá o prazo de prescrição aquisitiva para fins de usucapião quando aquisição dos bens móveis ou imóveis for objeto do produto direto de crime ou contravenção penal.

“Art. 1261.....

Parágrafo único. Se a pessoa física ou jurídica tem a posse de bens móveis ou imóveis como produto direto de crime ou contravenção penal, é vedada a usucapião. (NR).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Apresentação: 12/04/2021 17:55 - CCJC
EMC 1 CCJC => PL 7385/2010

EMC n.1

Dentre os obstáculos legais à caracterização da posse, tem-se o impedimento de que trata o art. 1.208 do CC, 2ª parte, segundo o qual “(...) *não autorizam a sua aquisição [da posse] os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade*”.

Violentos são os atos praticados mediante força (*vis absoluta*) ou ameaça (*vis compulsiva*), como ocorre no crime de roubo, e clandestinos, os atos ocultos, de que é exemplo o crime de furto.

Dessa maneira, enquanto perdurar a violência ou clandestinidade, não há posse, mas simples detenção. De outro turno, nascerá a posse no momento em que cessar a violência ou clandestinidade, ressalvado que se tratará de posse injusta, viciada, nos moldes do previsto no art. 1.200 do CC/02, porque contaminada de moléstia congênita.

Especificamente quanto à clandestinidade, pode ser compreendida como a apreensão física da coisa de forma oculta, sorrateira, isto é, sem que o possuidor atual, vítima do ato clandestino, perceba a ocupação.

É indispensável, ademais, salientar que a clandestinidade é defeito relativo: a ocupação ou apreensão da coisa é ocultada de quem exerce a posse atual, mesmo que seja eventualmente constatada por outras pessoas. Como adverte Caio Mário da Silva Pereira, “*oculta-se da pessoa que tem interesse em recuperar a coisa possuída, não obstante ostentar-se às escâncaras em relação às demais*” (Instituições de Direito Civil: direitos reais, 27ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 22).



Gabinete Deputado Geninho Zuliani - Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Para verificar a autenticidade acesse o site: www.camara.gov.br/legis-autenticidade-assinaturas ou e-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em assim sendo, cessa a clandestinidade no momento em que a vítima toma conhecimento da ocupação ou apreensão perpetrada, ou, ao menos, quando as circunstâncias concretas permitem aferir que o espoliado tinha condições sérias e reais de conhecer da ocupação furtiva da coisa pelo detentor.

Ocorre que a clandestinidade é defeito relativo, apenas oponível por aquele que sofreu o esbulho em virtude do ato ilícito. Em relação a quaisquer outras pessoas, a posse produz seus efeitos normais, viabilizando ao “detentor” a tutela possessória contra injusta agressão de terceiros.

Daí porque a pertinência do presente projeto de lei quando salienta que a eventual transmissão do bem pelo esbulhador clandestino, a terceiros de boa-fé não afastaria a clandestinidade e, por consequência, impediria a aquisição via usucapião.

Não se pode conceber que, pela mera vontade do esbulhador de transmitir a coisa a terceiros, seja retirada de determinada situação fática o impedimento legal à aquisição da posse, mesmo que o terceiro desconheça esse obstáculo e, por conseguinte, seja considerado de boa-fé, na forma do art. 1.201 do CC/02.

Nessa linha, dispõe o art. 1.203 do CC/02 que a posse, como regra geral, mantém o mesmo caráter com que foi adquirida, disposição que deve ser aplicada, com muito mais razão, ao instituto da detenção.

Ademais, ainda que transmitida a terceiros, pode ocorrer de a coisa permanecer oculta face ao esbulhado, notadamente em se tratando de bem móvel, de modo a persistir a clandestinidade e a inviabilidade fática de a vítima opor sua resistência ao esbulho.



Gabinete Deputado Geninho Zuliani - Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani - CEP: 70.160-900 - Brasília/DF

Para verificar a autenticidade acesse o endereço eletrônico: www.camara.leg.br ou e-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ora, beira à iniquidade cogitar em penalizar a vítima do furto com a perda da propriedade pela usucapião quando, no mundo fático, lhe foi retirada qualquer possibilidade concreta de contestar a detenção do bem por outrem.

Quanto à redação proposta pela presente emenda, fato é que de se indique que a impossibilidade da usucapião decorra quando se verificar um nexo com o pedido de usucapião de um bem que seja produto de crime, que é considerado o objeto conseguido diretamente com a atividade criminosa.

O produto direto, ou simplesmente, produto da infração, corresponde o resultado útil imediato da operação delinquencial, como, por exemplo, o veículo furtado ou um dinheiro roubado. Já o produto indireto, também chamado de provento da infração ou proveito do crime "corresponde o resultado útil mediato da operação delinquencial", isto é, o benefício obtido pelo delinquente, decorrente

Deste modo, a redação resta aprimorada, até para que se possa distinguir conceitualmente o produto do crime (*producta sceleris*), o proveito do crime (*fructus sceleris*) e instrumento do crime (*instrumenta sceleris*).

Qualificou-se, também, a melhora na redação, para inclusão das contravenções penais. Isto porque pela classificação bipartite das infrações penais, as condutas puníveis dividem-se em crimes ou delitos e contravenções que seriam espécie de gênero infração penal.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares, que acatem a emenda proposta.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Geninho Zuliani
Deputado Federal
DEM/SP

Gabinete Deputado Geninho Zuliani - Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani - CEP: 70.160-900 - Brasília/DF

Para verificar a autenticidade acesse o endereço eletrônico: www.camara.leg.br ou o e-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 12/04/2021 17:55 - CCJC
EMC 1 CCJC => PL 7385/2010

EMC n.1



Gabinete Deputado Geninho Zuliani - Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani - CEP: 70.160-900 - Brasília/DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://cplpzy.atp.br/validacao/assinatura/camaradeputados/CD318136241700>

Tel: (61) 3215-5860 e-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br



* C D 2 1 8 1 3 6 2 4 1 7 0 0 *